



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 005/12

Institui no Estado do Paraná o Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio, a ser comemorado anualmente em 24 de abril.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio, a ser comemorado anualmente em 24 de abril.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 154/12

Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Art. 1º Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

Art. 2º As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Parágrafo único. Ficam obrigados os empreendedores a iniciarem as obras até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Após esta data, caso não as iniciem, ficam canceladas automaticamente as respectivas licenças.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 271/12

Institui no Estado do Paraná o Dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente em 6 de março.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente em 6 de março.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 282/12

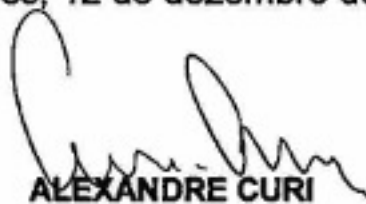
Institui no Estado do Paraná o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 283/12

Institui no Estado do Paraná o Dia do Nascituro, a ser comemorado anualmente em 25 de março.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Nascituro, a ser comemorado anualmente em 25 de março.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita não identificada.

Assinatura manuscrita não identificada.

RELATOR

Assinatura manuscrita não identificada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 408/12


Institui o Dia dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente em 10 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente em 10 de outubro.

Parágrafo único. Os eventos alusivos à data ora instituída ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde e farão parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 448/12

Declara de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé - A.I.L.G., com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé - A.I.L.G., com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 488/12

Institui a primeira semana do mês de julho de cada ano como a "Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil".

Art. 1º Fica instituída a primeira semana do mês de julho de cada ano como a "Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil".

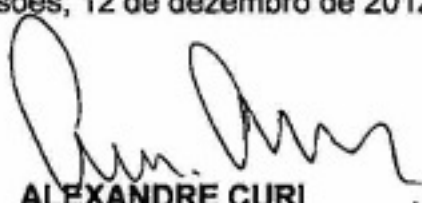
Parágrafo único. Os eventos realizados com o objetivo referido no *caput* deste artigo compreenderão ações de promoção à saúde, à prevenção e ao controle da obesidade infantil.

Art. 2º A Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil ficará afeta à Secretaria de Estado da Saúde e fará parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Saúde poderá divulgar ações referentes à conscientização contra a obesidade infantil nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 557/12

Institui o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 562/12

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Pêssego, realizada anualmente no mês de dezembro, no Município de Irati.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Pêssego, realizada anualmente no mês de dezembro, no Município de Irati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.

RELATOR

Assinatura manuscrita de outro membro da comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 01/8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 24 OUT. 2011
Mac
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 835/11

Ementa: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos

RESOLVE:

Art. 1º - Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão realizar inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do local do evento, assim como nos respectivos ingressos, mensagens educativas sobre o malefício das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Art. 2º - Nos ingressos as mensagens deverão ser impressas. Durante os eventos, deverão constar em painéis, ou, alternativamente, faixas, cartazes, meios áudio-visuais.

Art. 3º - A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 100 UPFs Paraná

Art. 4º - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias dos atos a que se refere o artigo 2º e incisos desta lei.

Art. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.


Evandro Junior
Deputado Estadual

14:33 24/10/2011 8007189 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DE PRÓPR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem foco na Juventude.

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso, tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, pois é um problema que há muito assola nossos jovens. O Artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a "colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa". Portanto, estabelecer a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infanto juvenil neste Projeto de Lei é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

De outro lado, de nada adianta fixar esta obrigação em lei se nada se fará em caso de inobservância, razão pela qual este Projeto estabelece uma penalidade em caso de descumprimento da Lei. É até desmoralizante para o Parlamento aprovar uma lei sem efeitos práticos, permanecendo apenas no discurso das boas intenções.

Submeto, pois, a matéria à consideração dos meus nobres pares na confiança de que estaremos avançando mais um passo na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art.

227, colocando-os "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, no caso presente, das drogas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº 835/2011

Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece Mensagens Educativas sobre o uso de Drogas em Shows Culturais e Esportivo voltados para o público Infanto-Juvenil e respectivos Ingressos.

EMENTA: ESTABELECE MENSAGENS EDUCATIVAS SOBRE O USO DE DROGAS EM SHOWS CULTURAIS E ESPORTIVO VOLTADOS PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL E RESPECTIVOS INGRESSOS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Evandro Junior estabelece que mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivo voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer dos espetáculos sobre o assunto.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO CESAR SILVESTRI-FILHO

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA: *Estabelece mensagens educativas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.*

I – SÍNTESE

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Evandro Júnior, com o fim de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do evento.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Cezar Silvestri Filho, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise

gf 1. R

de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção mensagens educativas para a população jovem, com alertas acerca dos malefícios que as drogas podem acarretar.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Vale destacar que essa proposta soma esforços à Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Professor Lemos, que estabelece que o Estado deverá conferir maior atenção aos Jovens, estrato de nossa população que, atualmente, encontra-se desassistida.

Não é novidade alguma que as drogas são um problema gravíssimo em nossa sociedade. Recentemente, o Governo Federal lançou um plano específico de combate ao crack, em virtude dos índices epidemiológicos que esta droga tem afetado nossos cidadãos, sobretudo os jovens, estrato social mais vulnerável.

Na esteira desses argumentos, reforçar as ações educativas de combate às drogas justamente nas camadas mais vulneráveis é algo de extrema importância, merecendo aprovação.


Portanto, para além de adequado constitucionalmente, o presente projeto colabora na atenção de nossos jovens, futuro de nosso Estado e País.

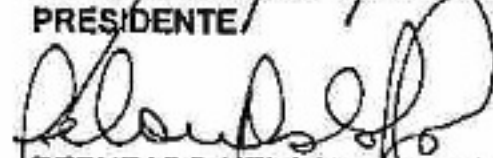
[Handwritten signatures and initials]

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.


Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADO CARLO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO

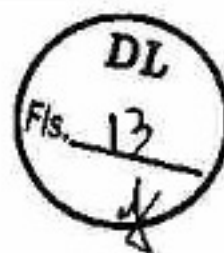

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 835/2011

O Projeto de Lei n.º 835/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior tem o intuito de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos com mensagens educativas sobre o uso de drogas.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Cultura, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão visa utilizar os eventos onde há presença maciça do público jovem para divulgação de mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso de psicotrópicos.

É responsabilidade de toda sociedade lutar contra o uso de drogas, uma vez que é um problema que está destruindo muitas famílias paranaenses e que tem se tomado cada vez mais urgentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de março de 2012.

Deputado Ney Leprevost

Presidente

Deputado Ney Leprevost

Relator

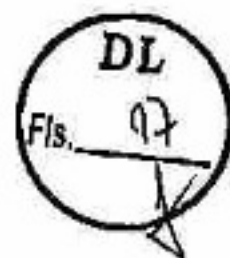
[Assinatura]
Lupron

[Assinatura]
Pamela

[Assinatura]
Pamela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA :Projeto de Lei nº835/2011
Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei tem como finalidade estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos, voltado para público infanto-juvenil e onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer do evento.

FUNDAMENTAÇÃO

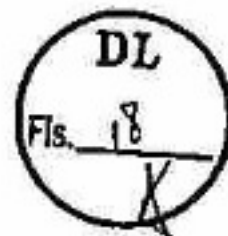
Inicialmente convém ressaltar que a iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão de Cultura, que após as suas análises constitucionais e regimentais exararão parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão de Saúde, observamos que a matéria encontra-se justificada, a sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, e este projeto torna-se mais um instrumento de divulgação contra o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

Como enfatiza o projeto, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em conseqüências do abuso destas substancias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde




CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2011


DEPUTADO DR BATISTA
PRESIDENTE


DEPUTADO NELSON LUERSEN
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputados Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos Ingressos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado e aqui analisado. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:
I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;
II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude; e
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

DO MÉRITO

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.



A justificativa do presente traz a informação estereotípica que a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.

Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.


Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tomem reféns das drogas e traficantes consequentemente.


Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2012


EVANDRO JUNIOR
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 835/11

Emenda do Plenário nº	01
DAP	22 AGO 2012
Visto	

Súmula: Obriga a inserção de mensagens educativas sobre uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil e nos locais dos eventos.

RESOLVE:

Art. 1º - Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Parágrafo único. As mensagens constantes no caput deverão estar expostas, durante a realização dos eventos, em painéis, faixas, cartazes ou meios áudio-visuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

Art. 2º - As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

- I - os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm [quarenta centímetros] de comprimento por 30 cm [trinta centímetros] de largura;
- II - os recintos com área superior a 50 m² [cinquenta metros quadrados] deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m² [cinquenta metros quadrados];

Art. 3º - Nos locais do evento bem como seus respectivos ingressos deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando o critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

Art. 4º - A inobservância desta lei sujeitará os infratores à multa de 35% [trinta e cinco por cento] do valor arrecadado com a venda dos ingressos. Quando de eventos gratuitos, a cada 1.000 [um mil]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

DL
Fls. 25
SLP


participantes deverá ser aplicada multa de 100 UPFs/PR (Unidade Fiscal do Estado do Paraná).


Art. 5º - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias do descumprimento desta Lei.


Art. 6º - Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei para seu fiel cumprimento.


Art. 7º - Esta Lei entra em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2012.


Evandro Junior
Deputado Estadual


Adonir Vagner
Adonir Bizar


NEY LEVEGO


Gilson Silva



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso e tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU - Organização das Nações Unidas - todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, consoante dispõe o art. 205 da Constituição Federal:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Portanto, incentivar a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infantojuvenil é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

Ainda, fica estabelecida penalidade em caso de inobservância da Lei, a fim de torná-la efetiva e prática.

Submete-se, pois, a matéria à consideração dos nobres pares na confiança de que haverá um avanço na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art. 227, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 835/11

Projeto de Lei nº 835/11

Autor da emenda: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 835/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Evandro Junior objetiva estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria Deputado Evandro Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 31
57

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

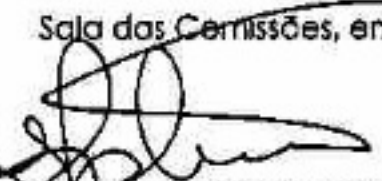
DL
Fls. 32
57

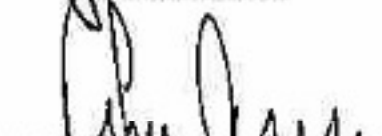
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.


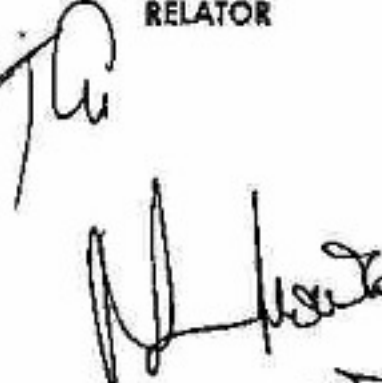


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Evandro
Junior, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de
técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR





APROVADO
unanimemente 18/09.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 835/2011



Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior, o qual recebeu emenda substitutiva geral em plenário, visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Gabinete 702 - 7º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado, no presente caso, o conteúdo da emenda substitutiva geral apresentada ao Projeto ora em análise. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que

se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas

destinados à juventude; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

DO MÉRITO

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.

A justificativa do presente traz a informação estarrecedora que a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.

Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tornem reféns das drogas e traficantes consequentemente.

Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto, com base na emenda substitutiva geral apresentada em Plenário.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, conforme emenda substitutiva geral apresentada em Plenário.



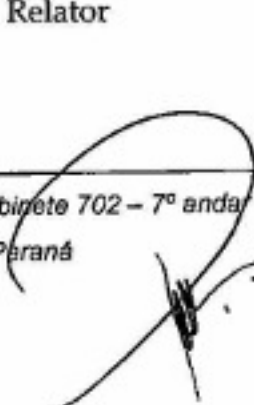

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012


PEDRO LUPION

Presidente em exercício

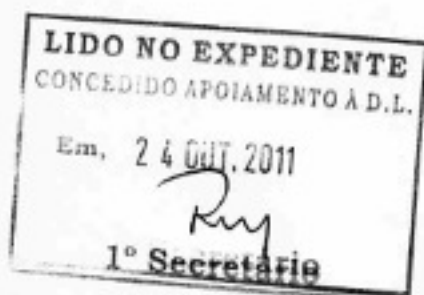

CESAR SILVESTRI FILHO

Relator





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete 702 - 7º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Projeto de
Lei Nº 845/2011



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

- I- 5% (cinco por cento) do peso do aluno de até 10 (dez) anos de idade;
- II- 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais 10 (dez) anos de idade.

Ca



Art.2º Ficarà a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino público ou privado, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino em armários individuais ou coletivos;

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino público ou privado pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos ou privados ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente.

cu



Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Saúde deverão colaborar com os estabelecimentos de ensino públicos ou privados na divulgação das informações dos riscos à saúde pelo excesso de peso transportado, nos termos do inciso IX do art.28 do Decreto Estadual nº 777/07.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação - SEED, nos termos do art. 30 da Lei 8485/87.

§ 1º O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados, resultará em lavratura de auto de advertência, na primeira ocorrência, dirigido ao Diretor do estabelecimento.

§ 2º Constatado a segunda ocorrência e o descumprimento do contido nesta Lei, pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados, resultará em lavratura de auto de infração dirigido

Cu



ao Diretor do estabelecimento, de valor pecuniário de 10 (dez) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná, por cada excesso de peso constatado, sendo em dobro nos casos de reincidência.

§ 3º As lavraturas dos autos a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo, dar-se-ão nos moldes dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, sendo que a aplicação de sanções e seus efeitos, dar-se-ão somente 12 (doze) meses contados da publicação.

Sala das Sessões,.....outubro de 2011

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo garantir que o peso bruto do material escolar, suportado por alunos da rede pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná, não ultrapassará 5% do peso das crianças com até 10 anos de idade e 10% do peso das crianças com mais de 10 anos de idade.

A prevenção ainda é a melhor medida para se evitar males à saúde. O excesso de peso suportado por uma criança diariamente, durante o período em que o corpo está em formação, poderá trazer traumas irreversíveis, como é o caso da escoliose e desvios da coluna, atingindo diretamente a estrutura da coluna vertebral.

O excesso de peso não é um esforço ocasional, mas sim um esforço de repetição. Denota-se que o ano escolar conta

Au



com 200 dias letivos e o tempo que o aluno transporta o peso pode variar conforme a distância percorrida. Constata-se assim, o esforço repetitivo e a provável lesão.

Acerca da constitucionalidade é importante dizer que a Constituição Federal asseverou que:

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

*XII – previdência social, **proteção e defesa da saúde;***

Pois bem, o **Projeto de Lei, é constitucional e legal**, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Em relação à **fiscalização, cabe dizer que nenhuma atribuição nova está sendo instituída para a Secretaria de Estado da Educação e para a Secretaria de Estado da Saúde, ao contrário, o projeto de lei ora apresentado,**

Au



buscou no âmbito da legislação estadual que já está em vigor, o cumprimento da norma.

Vejamos a redação do art.30 da Lei 8485/87:

Art. 30. *O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacionais, a assistência e orientação aos Municípios, a fim de habilitá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de equipamentos educacionais; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiro, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública estaduais; a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas.*

Ar



A parceria entre a SEED e a SESA, prevista no parágrafo único do art.3º do presente projeto, para informar aos alunos, aos pais e aos responsáveis sobre os males do excesso de peso suportados por alunos, já está prevista no inciso IX do art. 28 do Anexo ao Decreto 777/07, que regulamentou as competências da Secretaria de Saúde, mais especialmente a SVS- Superintendência de Vigilância em Saúde. Vejamos:

Art. 28. À Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS compete:

IX- a integração e a articulação das ações de Vigilância em Saúde com os demais entes públicos e áreas de atuação da SESA, objetivando a otimização de ações intersetoriais que possam interferir nas ações determinantes de saúde;

Cabe ainda destacar que Estado de Santa Catarina já se ateve a esse assunto e a necessidade de normatizá-lo há mais de 13 anos, através da Lei 10.795/1998. Ainda destaque-se

A



que lei municipal também normatizou o assunto em Curitiba, nos termos da Lei 13.430/2010.

Devido a todo o exposto, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, a presente medida.

Aos Deputados, solicito o apoio para a aprovação do Projeto de Lei para o bem à saúde das crianças do Paraná.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 845/2011

Projeto de Lei nº 845/2011.

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida.



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensinos públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PESO BRUTO MÁXIMO DO MATERIAL ESCOLAR. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. DEFINIÇÃO MATERIAL ESCOLAR NECESSÁRIO. TRANSPORTE DO MATERIAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. **PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O Projeto ora em análise objetiva impossibilitar que o peso do material escolar transportado por crianças e adolescentes seja maior do que 5% do próprio peso quanto até 10 anos de idade, e maior de 10% do peso quando acima dessa faixa etária.

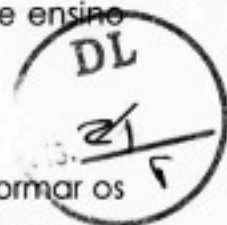
Para isso, atribui responsabilidade aos estabelecimentos de ensino público e privado para definir o material a ser transportado diariamente, bem como determina que o material escolar que exceder o peso de 5% da criança até 10 anos ou 10% do peso da criança ou



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



adolescente acima dessa idade deve ficar no estabelecimento de ensino "em armários individuais ou coletivos" (art. 2º, § 1º do projeto).



Obriga ainda os estabelecimentos de ensino a informar os alunos e pais ou responsáveis dos riscos do excesso de peso transportado e atribui responsabilidade às Secretarias de Estado da Educação e a da Saúde para colaborarem com as instituições de ensino na divulgação das informações (art. 3º e parágrafo único), bem como determina que a fiscalização do cumprimento da presente Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação (art. 4º, "caput").

Por fim, impõe sanções administrativas (parágrafos do art. 4º).

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

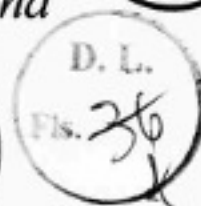
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;
(grifo nosso).

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



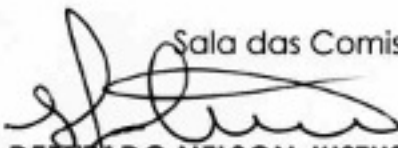
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

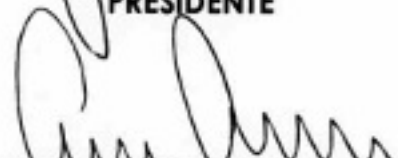
CONCLUSÃO



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 845/2011

Projeto de Lei nº. 845/2011

Autoria: Dep. Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo estabelecer o peso bruto máximo do material escolar transportado em bolsas, mochilas ou similares por alunos do ensino pré-escolar e fundamental, de estabelecimentos públicos e privados no Estado do Paraná.

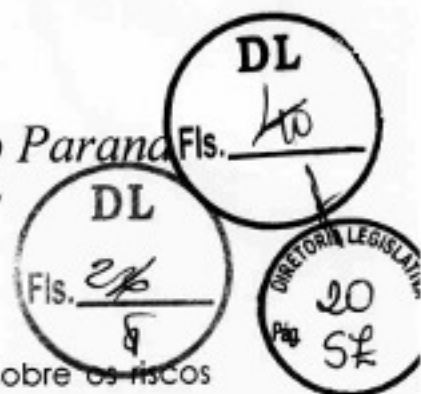
Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 03/04/2012, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o Projeto vem no sentido de zelar pela saúde dos estudantes durante o período em que seus corpos estão em formação, estabelecendo para isso que o material escolar deve ter um peso máximo de 5% do peso do aluno de até 10 (dez) anos, ou 10% do peso do aluno com mais de 10 (dez) anos de idade.

A Proposição estabelece ainda que as coordenações dos estabelecimentos de ensino deverão determinar o material escolar a ser



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



transportado diariamente, realizar campanhas informando sobre os riscos do excesso de peso transportado e disponibilizar para que os estudantes possam deixar o material excedente guardado em segurança. Por fim, dispõe que as Secretaria de Estado da Educação e da Saúde devem colaborar na divulgação dos riscos ocasionados à saúde pelo excesso de peso transportado e que a fiscalização do cumprimento da Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, estabelecendo multas em caso de seu descumprimento.

O autor ainda cita como exemplo, na justificativa do Projeto, o Estado de Santa Catarina e o Município de Curitiba, que já contam com normatização em vigor acerca do tema. Além dos exemplos citados, constatamos que a Cidade de São Paulo também possui uma Lei com mesmo teor e que matéria semelhante encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, já tendo sido aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardando encaminhamento ao Senado Federal.

Apesar da ciência do ofício da Secretaria de Saúde presente no Projeto, no qual se classifica tal controle como inconsistente e opina-se pelo não prosseguimento da proposição nesta Casa, acreditamos na sua importância para assegurar o desenvolvimento saudável do cidadão paranaense, observando-se que, segundo consta no corpo do Projeto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados, existem estudos da Sociedade Brasileira de Ortopedia que descrevem que cerca de 60% a 70% dos problemas de coluna na fase adulta são causadas pelo peso e esforços repetitivos na adolescência, além de referências científicas americanas realizadas pela American Academy of Orthopedic Surgeons e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

DIRETORIA LEGISLATIVA
21
Pág. 58

DL
Fis. 14

DL
Fis. 27

pela Backpack Safety America que recomendam o carregamento de uma proporção máxima de 15% do peso corporal.

Diante do exposto, certo da importância do presente Projeto de Lei para a conservação da saúde dos jovens paranaenses, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2012.

Agosto (vale a assinatura)
[assinatura]

[assinatura]
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
Presidente

[assinatura]
DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator

[assinatura]
[assinatura]

[assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 845/2011



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná

PREÂMBULO

O presente Projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida que estabelece o peso máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 03/04/2012, recebeu parecer favorável da comissão de educação.

No que se refere a análise desta comissão, constatamos que o projeto estabelece critérios importantes para saúde dos alunos dos estabelecimentos de ensino, tanto no público quanto no particular.

Consta ainda que este projeto já se encontra normalizado nos estados de Santa Catarina e no município de Curitiba, além do estado de São Paulo que possui lei com o mesmo teor. Matéria semelhante encontra-se em tramitação no congresso nacional, tendo sido aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardando encaminhamento ao senado Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



CONCLUSÃO

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei em discussão para a conservação da saúde e bem estar dos jovens e alunos paranaenses o parecer desta Comissão de Saúde é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação nesta casa de leis.

Sala das comissões, em 06 de novembro de 2012

Presidente

NELSON LUERSEN
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 845/2011

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PESO
BRUTO MÁXIMO DO MATERIAL
ESCOLAR DOS ALUNOS DE
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E
PRIVADOS, NO ÂMBITO DO PARANÁ.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 845/2011 de autoria do Excelentíssimo Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa, com a limitação do peso bruto do material escolar proteger os alunos dos estabelecimentos de ensinos públicos e privados no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto ora em análise obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, e, igualmente

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



recebeu pareceres favoráveis das comissões temáticas de Educação e Saúde.

No que se refere à competência desta comissão cite-se o Art. 33-V, incisos I, II e III elencado no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, senão vejamos:

Art. 33-V Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apolar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifamos)

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente de stina alguns artigos disciplinando as medidas específicas de proteção à criança e o adolescente, observe-se:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianepet.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 72. As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados. (gn)

Assim, constata-se que o presente Projeto de Lei vem corroborar com a defesa dos direitos da Criança e do Adolescente quando limita o peso máximo do material escolar a ser transportado pelos os alunos dos estabelecimentos de ensino público e privado do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela relevância do presente projeto de lei para a proteção das crianças e adolescentes estudantes das escolas paranaenses e o parecer desta Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso é **FAVORÁVEL** a continuidade da tramitação nesta casa de leis.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafaagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**



Sala das Comissões, 27 de Novembro de 2012.

ROSE LITRO
Presidente

CRISTINA MARIA LIMA

LUCIANA RAFAGNIN
Relatora

CAIO QUINTANA

LEONARDO PARANHOS
(Suplente)

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



EMENDA MODIFICATIVA
Ao Projeto de Lei nº 845/11

Emenda de Plenário nº	01
DAP	0.5 DEZ 2012
Visto	<i>Cláudio</i>

Altera o artigo 4º, suprimindo seus parágrafos, acrescenta o artigo 5º e renumera os artigos subsequentes do Projeto de Lei nº 845/11, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.485, de 8 de junho de 1987.

Art. 5º O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados resultará em:

I – na primeira ocorrência, lavratura de auto de advertência dirigido ao diretor do estabelecimento;

II - na segunda ocorrência, lavratura de auto de infração dirigido ao diretor do estabelecimento, e multa no valor de dez Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR a cada excesso de peso constatado, aplicando-se cobrança em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. As lavraturas dos autos de infração a que se referem os incisos I e II deste artigo dar-se-ão respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório."

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.

Fernando Santana
FERNANDO SANTANA

Cheida
LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual

Redo Lupion
Redo Lupion

Ariston Edson
ARISTON EDSON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 845/2011

Projeto de Lei nº 845/2011

Autor da emenda: Deputado Luiz Eduardo Chelda.

Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 845/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria Deputado Luiz Eduardo Chelda visa dispor sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado Luiz



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Eduardo Cheida. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como modificativa quando altera parte ou todo do Projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



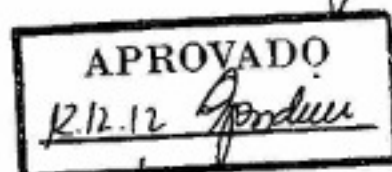
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado *Chida Gondim* ~~Ademar Traleno~~, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de Novembro de 2012.

[Signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

[Signature]
DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 AGO. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI N.

437/12

SÚMULA: Altera o Art. 1º. da Lei n. 15.444 de 15 de janeiro de 2007 (Institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes, na data de 18 de maio).

Art. 1º. – Fica alterado o Art. 1º. da Lei n. 15.444 de 15 de janeiro de 2007, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. – Fica instituído no Estado do Paraná, o DIA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, a ser mobilizado anualmente no dia 18 de maio”.

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 15 de agosto de 2012

DEP. ROSE LITRO

DEP. CANTORA MARA LIMA

DEP. MARIA TURECK

DEP. ELTON WELTER

DEP. CAITO QUINTANA

DEP. WALDYR PUGLIESI

DEP. ROBERTO ACCIOLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO



JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente Projeto de Lei em face de ofício recebido do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR), no qual consta solicitação de modificação no texto da Lei n. 15.444 de 15 de janeiro de 2007.

No Art. 1º. da referida Lei consta o termo “**comemorado**” alusivo ao Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes (dia 18 de maio). Desnecessário se faz lembrar que o tema objeto da data em questão, em nenhuma hipótese é tema de comemoração e sim de mobilização em torno da luta contra o grave problema que envolve a questão da infância e adolescência.

Muito oportuna a observação do CEDCA que solicitou a esta Casa de Leis a alteração do termo “**comemorado**” para o termo “**mobilizado**”, já que a data representa um marco na mobilização e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

DL

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)

Lei 15444 - 15 de Janeiro de 2007

Publicado no [Acessar Diário Oficial nº. 7400](#) de 30 de Janeiro de 2007

Súmula: Institui o dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes, a ser comemorado anualmente no dia 18 de maio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 262/06:

Art. 1º. Fica instituído no Estado do Paraná, o DIA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, a ser comemorado anualmente no dia 18 de Maio.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de janeiro de 2007.

Hermes Brandão
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL

topo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 437/12

Projeto de Lei nº 437/12

Autores: Dep. Rose Litro; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Maria Tureck; Dep. Elton Welter; Dep. Caíto Quintana; Dep. Waldyr Pugliesi; Dep. Roberto Accioli.

Súmula: Altera o art. 1º da Lei nº 15.444, de 15 de janeiro de 2007 (Institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes, na data de 18 de maio).

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL 15.444, DE 30/01/2007, QUE INSTITUIU O DIA 18 DE MAIO COMO DIA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. CORREÇÃO DE INCOERÊNCIA. ALTERAÇÃO DO VERBETE "COMEMORADO" PARA "MOBILIZADO". PROJETO DE LEI QUE JÁ INSTITUI O DIA 18 DE MAIO COMO DIA DE "COMBATE". DESNECESSIDADE DE REPETIÇÃO ACRESCENTANDO O VERBETE "MOBILIZAÇÃO". ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NECESSÁRIA PARA RETIRAR O TERMO COMEMORAÇÃO DA LEI, BEM COMO ADAPTÁ-LA AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 95/98 UTILIZANDO-SE A REDAÇÃO DA LEI FEDERAL 9.970, DE 17 DE MAIO DE 2000. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei visa alterar o termo "comemorado" na Lei 15.444, de 15/01/2007, alusivo ao Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescente para "mobilizado".

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pois bem, a Lei atual (nº 15.444, de 15/01/2007), embora conste com uma redação incoerente (o que se visa corrigir no presente projeto de lei) está de acordo com os ditames constitucionais (eis que objetiva proteger a infância e juventude), é legal e vigente.

Entretanto e, com efeito, há evidente incongruência em sua redação, eis que o Dia é de COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, mas sua redação estabelece "comemoração" a ser realizada no dia 18 de maio.

Assim, o projeto de lei ora em análise visa alterar o termo "comemorado", que tem relação com festividades, para "mobilizado", objetivando uma mobilização na data prevista na lei (18 de maio) em prol das crianças e adolescentes, evitando que possam ser vítimas de abuso sexual ou exploração.

Conforme se infere da justificativa elaborada pelos Deputados (fls. 03) autores do projeto, a solicitação do Projeto se deu por ofício do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No referido Ofício, a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente reportou-se:

**O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR reunido ordinariamente no dia 20 de julho de 2012 e, em análise as legislações estaduais que dispõem sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, averiguou-se incoerência textual na Lei Estadual nº 15.444/2007.*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



no dia 18 de maio. No entanto, o CEDCA/PR compreende que o dia 18 de maio representa um marco de mobilização e enfrentamento da violência e exploração de crianças e adolescentes e não entende, portanto, como um dia que deve ser comemorado. Para tanto, sugere-se a alteração da súmula dessa Lei, retirando o termo comemorado para mobilizado." (grifos apostos)

Pois bem, não obstante a boa vontade dos nobres Deputados que apresentaram o presente projeto em acolherem a sugestão do CEDCA/PR, constata-se que o projeto apresentado e ora em análise não alterou a súmula da Lei 15.444, mas tão somente o seu art. 1º.

Assim, necessária em primeiro lugar Emenda Substitutiva para ajustar a súmula da Lei 15.444/2007, retirando o termo que faz alusão à comemoração.

Com efeito, o termo "a ser comemorado" não pode ser utilizado adequadamente para data que visa combater fato que triste e infelizmente ainda ocorre na sociedade (abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes).

Entretanto, apenas substituir referido termo pela palavra "mobilizado" também não se adaptará na Lei atual, eis que ela necessita de leve reestruturação para se adaptar ao contido na Lei Complementar 95/98. Veja-se o que estabelece o art. 11, I, "b" da Lei que rege as normas para elaboração e redação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

Por isso entendemos que a atual Lei 15.444/2012 precisa de alteração para focar que a data de 18 de maio é para COMBATE ao abuso sexual e à exploração de crianças e adolescentes, apenas retirando do texto o termo incoerente (a ser comemorado).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por isso entendemos que a atual Lei 15.444/2012 precisa de alteração para focar que a data de 18 de maio é para COMBATE ao abuso sexual e à exploração de crianças e adolescentes, apenas retirando do texto o termo incoerente (a ser comemorado).

Assim, para fazê-lo com a melhor redação possível, utilizou-se como base para a Emenda Substitutiva anexa a Lei Federal 9.970, de 17 de maio de 2000, que instituiu o dia 18 de maio como o Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no âmbito nacional.

Apenas para finalizar, explica-se: se a lei já estabeleça que o dia é de COMBATE, desnecessário mencionar novamente uma mobilização.

Desta forma, observa-se que o presente projeto de lei merece prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Emenda Substitutiva em anexo, eis que o Estado detém competência para legislar sobre proteção à infância e juventude, entretanto, quanto à obtenção de clareza e de técnica legislativo, necessita de uma adaptação ao pela Lei Complementar n° 95/98, momento ao seu art. 11, I, "b".

CONCLUSÃO

Assim, configurada a CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do projeto de lei, opina-se por sua APROVAÇÃO, na forma da Emenda Substitutiva em anexo.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

unânime 13.11.12

Praça Nossa Senhora da Salete s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA

Na forma do art. 29, III c/c 137, §2º, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta-se a presente Emenda Substitutiva para adequar o Projeto de Lei nº 437/2012 ao disposto em sua justificativa, bem como ao disposto na Lei Complementar 95/96, passando o Projeto de Lei a ter a seguinte redação:

PROJETO DE LEI Nº 437/2012

SÚMULA: Altera a Súmula e o art. 1º da Lei Estadual 15.444, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 1º Esta Lei altera a súmula e o art. 1º da Lei 15.444, de 15 de janeiro de 2007, para adequar incoerência textual.

Art. 2º A súmula da Lei 15.444, de 15 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: "Institui o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes."

Art. 3º O art. 1º da Lei 15.444, de 15 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É instituído o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

Unanime 13.11.12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Projeto de Lei nº 437/2012

Autor: Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e do idoso

O Projeto de Lei nº 437/2012, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e do idoso, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei 15.444/2007, que instituiu o dia estadual de combate ao abuso sexual e à exploração de crianças e adolescente, na data de 18 de maio.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando a competência para a proposição, a técnica legislativa, bem como a constitucionalidade do Projeto, opinou pela sua aprovação, nos termos de Emenda Substitutiva anexada.

Esta Comissão de Direitos Humanos, não encontrou qualquer óbice à sua normal tramitação do projeto analisado, opinando, portanto, pela sua APROVAÇÃO, conforme Emenda Substitutiva da CCJ.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012


Deputado TADEU VENERI

Presidente


Deputado CAIO QUINTANA

Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO

Parecer ao Projeto de Lei nº 437/2012

Autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso

Súmula: Altera o art. 1º da Lei nº 15.444/2007 que Institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e a Exploração de Crianças e Adolescente na data de 18 de maio.

CONSIDERAÇÕES:

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente oficiou à esta Comissão solicitando que fosse feita a modificação no texto da Lei nº 15.444, de 15 de janeiro de 2007 ao art. 1º da referida Lei, substituindo o termo "comemorado" pelo termo "mobilizado".

Considera o Conselho que essa frase deixa a impressão de haver comemoração quando um crime dessa natureza é cometido – abuso e exploração de menores (criança e adolescente) – o que na verdade é passivo de mobilização de autoridades e sociedade para que esses abusos nunca mais aconteçam.

Podemos considerar que foi muito oportuna e perspicaz da parte do egrégio Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Projeto de Lei nº 437/2012, de autoria desta Comissão, retificando o termo e corrigindo algo que poderia ser altamente constrangedor no conteúdo da Lei em questão.

PARECER:

Desta forma, somos de **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do Projeto de Lei 437/2012, e consequentemente sua aprovação pelo honrado plenário desta Casa.


É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2012


LEONARDO
PARANHOS


Deputada ROSE LITRO
Presidente


DEPUTADA CANTORA MARA LIMA
Relatora


JONAS GUIMARÃES



03



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N° 606 /2012




Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Empresas de Tecnologia da Informação – ASSESPRO REGIONAL PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Empresas de Tecnologia da Informação – ASSESPRO REGIONAL PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

14149 03/12/2012 087845 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Associação de Empresas de Tecnologia da Informação – ASSESPRO REGIONAL PARANÁ – é organizada com o propósito de propiciar e incentivar o desenvolvimento da Tecnologia da Informação, através do fortalecimento das empresas deste setor.

Tem como objetivo social executar, promover, fomentar e apoiar ações de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, de gestão, de experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, de transferência de tecnologias e de promoção do capital humano, através de atividades de Educação e Treinamento apropriados, de natureza técnica, cultural e mercadológica, em Tecnologia da Informação, especialmente software e serviços correlatos visando o desenvolvimento socioeconômico paranaense.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 606/12

Projeto de Lei nº. 606/12

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ASSESPRO REGIONAL PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ASSESPRO REGIONAL PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR